

Mortos e vivos disputam terra

DF - *ui razão*

Sem-terra lutam para que o assentamento
26 de setembro não vire cemitério nem
seja ocupado por invasores da Estrutural

Cristine Gentil
Da equipe do Correio

Os 1,1 mil hectares do assentamento 26 de Setembro são cobrados. Ali, os sem-terra dispostos a morrer por um pedaço de chão tentam impedir que o lugar sirva para o descanso eterno dos mortos. Mas sobra briga também para os vivos, os que invadiram parte da área destinada aos sem-terra.

A briga mais antiga é contra a instalação de um cemitério no assentamento, que fica ao lado da invasão da Estrutural, na região administrativa de Taguatinga. Antes mesmo de ser destinada a 130 famílias de sem-terra, parte da área já estava reservada para a construção do cemitério, que ficaria bem no meio das chácaras.

"A gente sabe que defunto não dá problema, não briga e não reclama, mas pode poluir a água. Quem vai querer comprar nossa produção se souber que somos vizinhos dos mortos?", reclama Adalgiza Brito, 52 anos, no assentamento desde o dia 26 de Setembro, dia da instalação.

O chefe de gabinete da Fundação Zoobotânica — administradora da área —, Oscar Rosa, explica: "Isso é apenas uma questão de preconceito. Os técnicos não acreditam que os restos mortais possam comprometer

a água ou a produção deles. Mesmo assim, nós vamos transferir o cemitério para uma área mais próxima ao asfalto, no canto do assentamento".

Apesar da reclamação dos moradores a respeito dos mortos, não são eles que mais preocupam a Fundação Zoobotânica e os próprios sem-terra. Há duas semanas quando 40 famílias do acampamento Recanto da Conquista, em São Sebastião, começaram a ser transferidas para o 26 de Setembro, conforme o que estava previsto no programa de assentamento do governo, os problemas se agravaram.

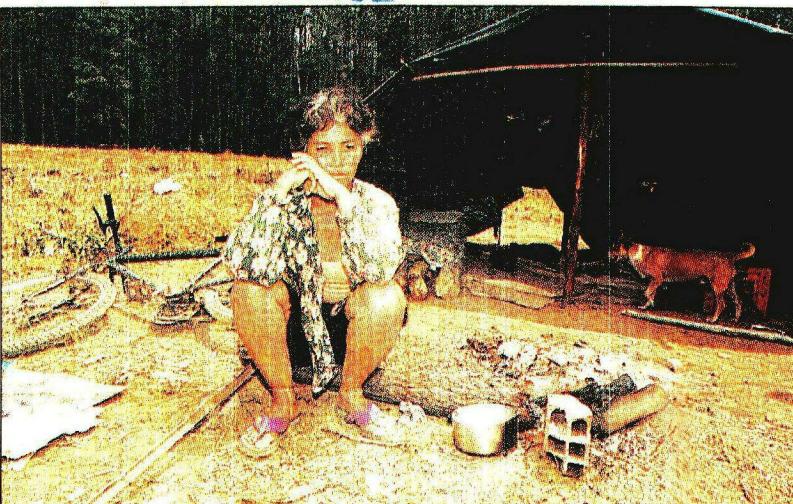
Quando os novos moradores chegaram ao local, que ainda está em fase de regularização, algumas das chácaras já estavam ocupadas. Na última terça-feira, a Fundação Zoobotânica derrubou os barracos, mas os invasores se negam a deixar a área. "Estamos articulando novas ações para impedir as invasões", alerta Oscar Rosa. Segundo ele, haverá um policiamento ostensivo durante o final de semana para evitar as invasões.

O advogado Carlos Uchôa, que representa oito das 37 famílias que ocupam a área destinada aos sem-terra, disse que a Fundação está desrespeitando a justiça ao retirar essas pessoas das chácaras próximas ao córrego Cana do Reino.

"Pelo menos oito delas entraram

248
CORREIO BRAZILIENSE

18 OUT 1997



Maria de Lourdes diz que não sai para atender a "capricho do governo"

com uma ação de interdito proibitório e seis liminares foram deferidas. Essas liminares impedem que o governo faça qualquer ação no local até o julgamento do mérito", alega o advogado. Segundo ele, as famílias não são moradoras da Estrutural, como acreditam os sem-terra e os técnicos da Fundação, e algumas delas já ocupam a área há cinco anos.

Oscar rebate: "As liminares impedem ações da Terracap, mas a Fundação Zoobotânica, que é a verdadeira administradora da área, não tem qualquer impedimento". Segundo ele, a área é da Terracap, arrendada para a Pró-Flora, empresa que executa projetos de reflorestamento no Distrito Federal. "Todas as áreas de reflorestamento são administradas pela Zoobotânica", afirma.

Distante dessa discussão, Maria Auxiliadora Fernandes, 40 anos, la-

menta ter encontrado sua chácara ocupada quando chegou ao assentamento na última segunda-feira. Ela garante que no fim de semana, quando seu marido foi conhecer o pedaço de terra destinado a eles, não havia ninguém no lote. "Só quero uma decisão. A gente já tá cansado desse sofrimento. Eu preciso ao menos fazer um barraco para não deixar mais minha filha dormir ao relento", apela.

A mudança que custou cinco galinhas — ou R\$ 50 — ainda está espalhada por um canto de área não demarcada. Do vaso sanitário aos colchões, tudo fica pelo chão. Não há teto nem para dormir. Enquanto tira a poeira da filha Fernanda, de três anos, Auxiliadora lembra o tempo que pagava aluguel em São Sebastião. "Era difícil lá, mas não aconselho essa vida de acampamento para ninguém. É sofrimento demais", diz.

No lugar destinado a Maria Auxiliadora e sua família — a chácara 121, número sorteado por sua própria mão — existe apenas uma barraca de lona preta onde Maria de Lourdes Alencar Dias, 41 anos, teima em ficar. "Não vou sair daqui para cumprir capricho do governo. Só saio se a justiça mandar. Moro aqui há cinco anos, já derrubaram o barraco várias vezes, mas eu faço de novo", garante Maria de Lourdes. "E só saio para outro lugar perto daqui", exige.

José Hamilton Pereira da Silva, 37 anos, engrossa o coro. "Derrubaram meu barraco dizendo que a área era pra sem-terra. E eu sou o quê?", pergunta-se. "Minha profissão é plantar, preciso de um pedaço de terra para sobreviver", alega José Hamilton, que jura ocupar parte da terra próxima ao córrego há dois anos.

Com um certificado de posse fornecido pelo Incra, Paulo Klimonovisc rebate as acusações de que é um invasor. Segundo ele, há três anos mora na chácara Terra Viva. "Já dei queixa na delegacia e vou entrar na Justiça para impedir novas derrubadas. O governo não pode agir com tanta arbitrariedade", revolta-se.

Para quem acreditava que o 26 de Setembro era enfim a solução tão sonhada para os sem-terra, já começa a se preocupar. "Essa confusão vai acabar prejudicando a gente que chegou aqui há um ano. Se a Zoobotânica está com a gente, ela devia estar na nossa frente e com a polícia atrás para não deixar invasor tomar conta", reclama Aparecida Borges, 41 anos, que ainda não teve seu pedaço demarcado.